

## O PERFIL DA ELITE POLÍTICA LOCAL: UMA ANÁLISE DA AUTOPERCEPÇÃO DOS VEREADORES SOBRE A REPRESENTAÇÃO<sup>1 2</sup>

Thais Cavalcante Martins<sup>3</sup>

Maria Teresa Miceli Kerbauy<sup>4</sup>

### RESUMO

Este artigo tem por objetivo traçar o perfil dos vereadores do município de São Carlos no período de 2001 a 2008, por meio de atributos sociais, ocupacionais e educacionais. Para tanto, tomamos como referência o *método posicional*. Como técnica de pesquisa realizamos entrevistas estruturadas, como forma de captar a percepção da elite parlamentar municipal sobre o exercício da representação. Destacamos, ainda, a compreensão dos vereadores sobre o papel exercido por eles na atividade política local. Dentre os principais resultados do trabalho, destacamos que no município a elite política é formada por homens brancos e católicos, com alto nível de escolaridade e sem forte vínculo partidário.

**Palavras-chave:** Elites. Perfil social. Poder local. Representação. Câmara Municipal.

### ABSTRACT

This article aims to outline the profile of the city councilors from the municipality of São Carlos from 2001 to 2008, through social, occupational and educational attributes. For this, we take as a reference the *positional method*. As a research technique we conducted structured interviews, to capture the perception of the municipal parliamentary elite about the exercise of representation. We also highlight the councilors' understanding of the role they play in local political activity. Among the main results of this work, we highlight that in the municipality the political elite is formed by white and catholic men, with high level of schooling and without strong party bond.

**Keywords:** Elites. Social profile. Local power. Representation. City Council.

### RESUMEN

Este artículo tiene por objetivo trazar el perfil de los concejales del municipio de São Carlos en el período de 2001 a 2008, por medio de atributos sociales, ocupacionales y educativos. Para ello, tomamos como referencia el *método posicional*. Como técnica de investigación realizamos entrevistas estructuradas, como forma de captar la percepción de la elite parlamentaria municipal sobre el ejercicio de la representación. Destacamos, además, la comprensión de los concejales sobre el papel ejercido por ellos en la actividad política local. Entre los principales resultados del trabajo, destacamos que en el municipio la elite política está formada por hombres blancos y católicos, con alto nivel de escolaridad y sin fuerte vínculo partidista.

**Palabras clave:** Elites. Perfil social. Poder local. Câmara Municipal.

## 1. INTRODUÇÃO

Com certa frequência se atribui a denominação *elite* às minorias dirigentes que exercem cargo ou função política. Definir quais são as características sociais desses grupos é tarefa imprescindível para compreender como está organizado um cenário político e quais são

<sup>1</sup> DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/recp.v8i2.51400>

<sup>2</sup> Submetido em: 25 de março de 2017. Aprovado em: 16 de agosto de 2017.

<sup>3</sup> Doutoranda em Ciência Política pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFSCar. Bolsista Capes. Tem experiência nos temas: comportamento legislativo, relação executivo-legislativo, partidos políticos e poder local. E-mail: thais.cmaartins@gmail.com.

<sup>4</sup> Doutora em Ciências Sociais pela PUC/São Paulo com Pós-Doutorado em Ciência Política pelo Instituto de Iberoamérica — Espanha. Professora da UNESP — Campus Araraquara. Tem experiência nos temas: federalismo e descentralização, representação e participação, poder local, executivo e legislativo, sistemas partidários e sistemas eleitorais. E-mail: kerbauy@travernet.com.br.

os comportamentos que se forjam nas suas estruturas de poder. Na política, quem decide tem tanta importância quanto o desenho institucional em que se atua (PERISSINOTTO et al., 2007). No geral, os estudos sobre elites políticas se dão em torno de quatro grandes temas: a investigação dos seus *backgrounds* sociais, estudos sobre os seus padrões de carreira, exames sobre os seus valores e atitudes e análises da interação entre grupos nesse contexto (CODATO, 2015).

No Brasil, os estudos sobre as elites têm ganhado espaço na agenda da Ciência Política, contribuindo para a identificação da composição e do perfil dos agrupamentos que integram instituições políticas que aqui atuam. Com base nesses estudos tem sido possível conhecer parte da elite do país, sobretudo a elite parlamentar. Essas análises procuram responder quem são e o que pensam aqueles que ocupam os postos de poder e atuam nas mais variadas esferas e instituições representativas.

Dentre os estudos realizados sobre o perfil parlamentar, aqueles que se debruçam sobre a esfera federal são os mais numerosos. Um conjunto significativo de investigações busca compreender quais são os atributos de deputados federais e senadores, ressaltando importantes diferenças entre eles (MESSENBURG, 2002, 2007; MARENCO; SERNA, 2007; LEMOS; RANINCHESKI, 2008; LLANOS; SÁNCHEZ, 2008; RODRIGUES, 2009; PERISSINOTTO; MIRÍADE, 2009; BRAGA; VEIGA; MIRÍADE, 2009). Nos últimos anos o perfil da elite parlamentar que atua nas Assembleias Estaduais também tem despertado a atenção de uma série de pesquisadores (PERISSINOTTO et al., 2007; ZIEGMANN, 2011; ANASTASIA; CORREA; NUNES, 2012). Com menor frequência os analistas se preocupam em examinar o perfil das elites parlamentares municipais (KERBAUY, 2005, 2014; AMARAL, 2011; SILVA, 2014). Apesar da escassa produção nesse âmbito, as análises que buscam compreender quem são os vereadores e como estes atuam nas Câmaras Municipais constituem valiosa contribuição não só ao estudo das elites, mas também do poder local.

Este artigo se dedica a traçar o perfil social dos vereadores que ocuparam as cadeiras da Câmara Municipal de São Carlos<sup>5</sup> entre os anos de 2001 a 2008. O objetivo, aqui, é examinar os atributos pessoais, ocupacionais e educacionais dessa elite parlamentar municipal, buscando evidenciar se tais características impactam na representação política e de que modo isso acontece.

---

<sup>5</sup> O município, situado no interior do estado de São Paulo, distante 235 km da capital, conta com uma população de cerca de 240.000 habitantes.

As eleições de 2000 marcaram o crescimento da presença do PT nas cidades brasileiras (FLEISCHER, 2002). No interior do estado de São Paulo a expansão do partido ocorreu sobretudo na região de Ribeirão Preto, onde a cidade de São Carlos está inserida. Apesar do eleitorado de perfil conservador, o candidato do PT ao executivo local venceu a eleição de 2000 derrotando os candidatos tradicionais da política local. No município, até o pleito de 1996 as votações concentravam-se em políticos ligados aos partidos de centro-direita (PDS, PP, PTB, PFL, PMDB), fato que estaria relacionado à influência de lideranças e grupos familiares ligados a políticos e personalidades populistas diretamente vinculados a essas siglas<sup>6</sup>. Diante disso, os partidos políticos atingiriam maior visibilidade no período eleitoral, de modo que passadas as eleições a representação partidária perderia espaço para representações individuais, desempenhadas pelas lideranças e grupos que se destacavam no cenário político local.

Em 2000, após o acirramento da disputa entre algumas das principais lideranças tradicionais, representadas pelos ex-prefeitos Dagnone Melo (PTB) e Rubens Massucio (PSDC) e pelo candidato veterano Paulo Altomani (PSDB), o PT elegeu o seu prefeito por uma diferença de 128 votos.

Diferentemente dos candidatos do PSDB, PTB e PSDC, que contavam com uma longa trajetória na disputa eleitoral do município e reuniam o apoio de importantes lideranças políticas e grupos familiares, o candidato do PT pleiteava um cargo municipal pela primeira vez. Newton Lima havia sido professor e reitor da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e, embora também representasse uma elite, não estava diretamente relacionado aos grupos políticos tradicionais do município.

O crescimento eleitoral do partido em 2000 também ocorreu na Câmara Municipal, e o PT elegeu a maior bancada da legislatura: 4 vereadores. Entretanto, isso não seria suficiente para assegurar a governabilidade do partido. Do total de 21 vereadores, 7 parlamentares compunham a base do governo, enquanto 14 davam respaldo à oposição<sup>7</sup>. O resultado de tal configuração seria de início uma relação instável entre os poderes Executivo e Legislativo. Para reverter o cenário de instabilidade, nas eleições de 2004 o PT se aliou ao PMDB, PCdoB, PDT e PTN. Newton Lima (PT) concorreria à reeleição e disputaria o cargo com Dagnone Melo (PFL), Paulo Altomani (PSDB), Eraldo Strumiello (PSTU) e Walcinyr

---

<sup>6</sup> Para mais informações, ver Martins (2015).

<sup>7</sup> A distribuição de cadeiras se deu da seguinte forma: governo — PT (4), PST (1), PR (1) e 1 dos vereadores do PTB; oposição — PTB (2), PSDB (2), PMDB (2), PDT (1), PP (2), PSD (2), PFL (1), PL (1), PPS (1).

Bragatto (PV). Diferentemente do pleito anterior, o candidato petista sairia vencedor com ampla margem de votos, 42,8% do total, conforme o TSE.

As modificações no cenário político também tiveram reflexo na composição da Câmara Municipal e na relação entre os poderes. A partir das eleições de 2004, o Executivo passou a contar com maioria no Legislativo, formada pelo PT, PMDB, PDT e PV<sup>8</sup>. A coalizão majoritária alterou as relações entre os poderes no município, de maneira que em seu segundo mandato o prefeito não enfrentou dificuldades no governo, ainda que parte dos membros da Câmara Municipal tenham permanecido os mesmos do seu primeiro mandato — a renovação foi de apenas 23%.

Diante dessa nova configuração nos interessa saber quais são as características, do ponto de vista da composição social por sexo, cor, idade, religião, escolaridade e ocupação profissional, da elite que integra o Legislativo local — ou seja, qual é o perfil dos vereadores da Câmara Municipal de São Carlos. Como se dá a autopercepção desses vereadores sobre o seu lugar na atividade parlamentar? Embora as preferências reveladas pelas pesquisas sejam, por vezes, mais confiáveis do que aquelas declaradas pelos políticos, uma análise da autopercepção desses legisladores oferece indicativos importantes para a compreensão do comportamento e do perfil da elite parlamentar municipal.

O texto está organizado em cinco seções, com esta introdução. Na segunda seção apresentamos o referencial metodológico e os procedimentos da pesquisa. Na terceira seção traçamos o perfil da elite parlamentar municipal a partir de atributos pessoais como gênero, idade, cor e religião, além de sua caracterização profissional e educacional. Na quarta seção examinamos a percepção das elites parlamentares municipais sobre o exercício da representação, com o objetivo de identificar a noção de representação com as quais os vereadores se defrontam em seu cotidiano, a partir da interação que estabelecem com os seus eleitores e com a população em geral. Por fim, na quinta seção são traçadas as considerações finais.

## 2. DADOS E MÉTODO

Para identificar a elite parlamentar municipal optamos pelo que a literatura chama tradicionalmente de *método posicional*, onde “os que decidem são aqueles indivíduos ou

---

<sup>8</sup> Com base nas resoluções do TSE de número 21.702 e 21.803, o número de vagas na Câmara Municipal foi reduzido de 21 para 13. Entre os anos de 2005 e 2008, as cadeiras estiveram distribuídas da seguinte maneira: PT (2), PMDB (2), PDT (2), PV (1), PSDB (3), PPS (2) e PFL (1).

grupos que preenchem as *posições formais* de mando em uma comunidade” (CODATO, 2015, p. 16), ocupando posições estratégicas nas estruturas institucionais (MILLS, 1962). A partir das especificações do método, consideramos como elite os ocupantes eleitos aos cargos formais do Poder Legislativo local — os vereadores, que são a unidade básica de análise deste trabalho. O objetivo inicial da pesquisa consistia em entrevistar todos os vereadores presentes nas legislaturas estudadas (2001–2008), o que correspondia a 24 parlamentares<sup>9</sup>. Todavia, só foi possível contatar e entrevistar 21 vereadores<sup>10</sup>.

A técnica de pesquisa empregada para a coleta de dados foi a *entrevista estruturada*. Como forma de evitar o viés de resposta optamos por entrevistar os vereadores pessoalmente. As entrevistas foram realizadas entre os meses de janeiro e abril de 2015. O questionário utilizado foi adaptado do *survey* desenvolvido pelo projeto temático “Organização e funcionamento da política representativa no estado de São Paulo (1994–2014)”, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp). As adaptações incluíram questões elaboradas e examinadas por Almeida e Lopez (2014), centradas na tipologia dos padrões de representação. A adequação procurou, essencialmente, aproximar as questões ao interesse da pesquisa. Embora tal desenho amostral não permita generalizar os resultados da pesquisa, minimiza os erros de identificação e caracterização do perfil da elite parlamentar municipal.

### 3. O PERFIL SOCIAL DOS VEREADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS (2001-2008)

Historicamente, as Câmaras Municipais foram predominantemente ocupadas por membros do sexo masculino. Porém, embora as mulheres ainda estejam sub-representadas na política, a sua participação nessa esfera tem aumentado desde a redemocratização (AVELAR, 2001). Segundo Fleischer (2002), nas eleições municipais de 1992, 7,4% dos políticos eleitos para os cargos legislativos no Brasil eram mulheres. Em 1996, esse número subiu para 11,2%

---

<sup>9</sup> Entre os anos de 2001 e 2004 a Câmara Municipal de São Carlos foi formada por 21 vereadores, mas esse número foi reduzido para 13 na legislatura seguinte (2005–2008). A razão para isso foi uma modificação na legislação: as resoluções do TSE de número 21.702 e 21.803 redefiniram, para as eleições municipais de 2004, o número de vereadores das Câmaras Municipais, estabelecendo uma relação entre faixas populacionais e quantidade de cadeiras legislativas.

<sup>10</sup> Do total de 24 parlamentares que compuseram a Câmara Municipal no período analisado, um vereador faleceu em 2011 e dois não retornaram os nossos contatos. O parlamentar falecido esteve presente na segunda legislatura examinada — da qual faziam parte 13 vereadores —, enquanto aqueles que não responderam à entrevista participaram apenas da primeira legislatura — composta por 21 vereadores.

e, em 2000, para 11,4%<sup>11</sup>. A presença feminina na disputa pelos postos de poder é mais recorrente nas eleições municipais e se concentra principalmente nos cargos proporcionais, o que indica que de alguma maneira a participação das mulheres ainda pode estar associada ao seu espaço de inserção social (ARAÚJO, 2012).

Mesmo após a promulgação da Lei nº 9.504, em vigor desde 1997, que prevê a cota mínima de 30% e máxima de 70% para cada um dos sexos no preenchimento das candidaturas dos partidos e coligações concorrentes aos cargos de eleição proporcional, a inserção feminina ainda não foi cumprida de modo integral pelos partidos.

No caso do município de São Carlos a participação das mulheres na disputa política foi pouco efetiva. No ano 2000, candidataram-se ao cargo legislativo 87 mulheres, o que corresponde a 21,32% do total de candidatos. Os candidatos do sexo masculino correspondiam a 78,68%, ou 321, em números absolutos. Nas eleições de 2004, 40 mulheres (23,8%) concorreram à vereança, enquanto 128 homens (76,2%) pleitearam o cargo. A sub-representação feminina na Câmara Municipal pode ser observada na tabela a seguir:

**TABELA 1 – DISTRIBUIÇÃO POR SEXO DAS CADEIRAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS (2001–2008)**

| Sexo      | 2001–2004 |      | 2005–2008 |     |
|-----------|-----------|------|-----------|-----|
|           | nº        | %    | nº        | %   |
| Feminino  | 5         | 23,8 | 3         | 23  |
| Masculino | 16        | 76,2 | 10        | 77  |
| Total     | 21        | 100  | 13        | 100 |

**FONTE:** TSE (2017).

Em São Carlos, o percentual de vereadoras eleitas é próximo ao de mulheres candidatas, e não ultrapassa 23% tanto na arena eleitoral quanto na arena legislativa. Isso é um indicativo de que embora os partidos não tenham proporcionado uma maior inserção de candidaturas femininas nas agremiações, podem fazer escolhas estratégicas na seleção de suas candidatas, lançando aquelas que possuem maiores chances eleitorais.

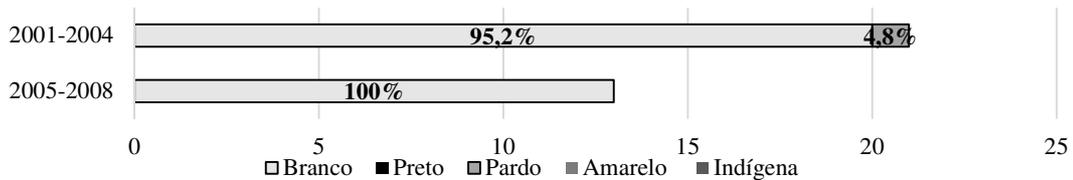
A quantidade reduzida de representantes de um determinado segmento não afeta apenas as mulheres. A política não só é masculina como também é branca. Uma breve observação das bancadas parlamentares é capaz de indicar o quanto os não brancos são sub-representados nessa esfera e qual é a cor da elite política nacional<sup>12</sup> (CAMPOS e

<sup>11</sup> No ano de 2004, 12,7% das cadeiras dos Legislativos municipais foram ocupadas por mulheres. Em 2008 o número foi de 12,5%, em 2012 de 13,3% e nas últimas eleições, em 2016, de 13,5% (TSE).

<sup>12</sup> Foi somente a partir da última eleição para deputado federal, em 2014, que a opção “cor/raça” passou a ser utilizada nos formulários para candidaturas do TSE. De acordo com a autodeclaração dos deputados, 79,92% deles são brancos, 15,8% são pardos e 4,28% são negros.

MACHADO, 2015). No município de São Carlos esse cenário não é diferente: os representantes legislativos são predominantemente brancos. Para melhor elucidar essa questão apresentamos o Gráfico 1, no qual estão distribuídas as cadeiras na Câmara Municipal de acordo com a cor<sup>13</sup> autodeclarada pelos vereadores em cada uma das legislaturas.

**GRÁFICO 1 – COR DECLARADA PELOS VEREADORES DO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS (2001–2008)**



**FONTE:** As autoras (2015).

A partir do gráfico acima é possível perceber que os vereadores do município de São Carlos são em sua maioria brancos. Na primeira legislatura analisada apenas 4,8% dos vereadores se autodeclararam pardos ( $n^{\circ} = 1$ ), enquanto 95,2% se autodeclararam brancos ( $n^{\circ} = 20$ ). Na segunda legislatura todos os parlamentares se autodeclararam brancos. Em São Carlos, no ano de 2010, 73% dos habitantes se declararam brancos, 20,8% pardos, 5,3% pretos, 0,8% amarelos e 0,1 indígenas<sup>14</sup>. Assim, os brancos constituem a maior parcela da população do município, e os dados indicam a sub-representação dos demais segmentos na Câmara Municipal.

As razões por trás dessa baixa representação ainda não são objeto de intenso debate na Ciência Política. Contudo, Campos e Machado (2015) indicam algumas importantes hipóteses sobre os elementos determinantes da exclusão desses grupos das elites políticas, como a menor quantidade de recursos simbólicos (instrução e patrimônio) dos candidatos não brancos em relação aos candidatos brancos. Para Bueno (2012, p. 189), “o pertencimento a um grupo racial não afeta de forma substantiva a propensão a atuar politicamente, ao passo que fatores socioeconômicos, como renda e escolaridade, são nitidamente mais relevantes”.

No que se refere à faixa etária dos representantes, o que se pode afirmar é que a Câmara Municipal, nos períodos estudados, era composta por um segmento mais maduro da classe política. A Tabela 2 traz os dados relativos à faixa etária dos vereadores no período analisado:

<sup>13</sup> Para fins de análise, utilizamos o conceito “cor” conforme a classificação estabelecida pelo IBGE.

<sup>14</sup> Para mais informações, ver Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE) (2017).

**TABELA 2 – FAIXA ETÁRIA DOS REPRESENTANTES DO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS (2001–2008)**

| Faixa etária | 2001–2004 |      | 2005–2008 |      |
|--------------|-----------|------|-----------|------|
|              | nº        | %    | nº        | %    |
| 21–31 anos   | 3         | 14,3 | 0         | 0    |
| 31–41 anos   | 5         | 23,9 | 1         | 7,7  |
| 41–51 anos   | 7         | 33,3 | 5         | 38,4 |
| 51–61 anos   | 6         | 28,5 | 6         | 46,2 |
| 61–71 anos   | 0         | 0    | 1         | 7,7  |
| Total        | 21        | 100  | 13        | 100  |

**FONTE:** SEADE (2017).

Como é possível observar na Tabela 2, durante a primeira legislatura estudada a faixa etária que concentrou maior número de representantes foi aquela entre 41 e 51 anos (33,3%). A faixa entre 51 e 61 anos também concentrou um número significativo de parlamentares (28,5%), enquanto o número de políticos mais jovens foi menor: os vereadores que na ocasião da posse tinham entre 31 e 41 anos representavam 23,9% dos políticos eleitos, enquanto aqueles com idade entre 21 e 31 anos representavam apenas 14,3%.

Na segunda legislatura examinada, a faixa etária que concentrou o maior número de vereadores foi aquela entre 51 e 61 anos, seguida pela faixa que reunia políticos com idade entre 41 e 51 anos. As faixas correspondentes a vereadores mais velhos ou mais jovens são pouco expressivas — cada uma concentra apenas um ou nenhum representante.

O que as duas legislaturas têm em comum é o fato de concentrarem um segmento mais experiente da classe política, com vereadores que têm renovado o seu mandato por várias legislaturas. A média de mandatos para as duas faixas etárias mais representativas, entre 41 e 51 anos e 51 e 61 anos, é de 4 mandatos<sup>15</sup>.

As duas faixas com maior concentração etária se inverteram, quantitativamente, nos dois períodos, o que se explica pela baixa renovação de membros da Câmara, de apenas 23% entre as duas legislaturas. Alguns vereadores envelheceram e permaneceram dentro da mesma faixa etária, enquanto outros foram deslocados de uma faixa para outra entre a posse de um mandato, em 2001, e outro, em 2005. De todo o modo, a Câmara continuou a ser composta por um segmento mais maduro de atores políticos.

<sup>15</sup> Dentro desta faixa etária, os vereadores com maior número de mandatos são Antônio Carlos Catharino, eleito 9 vezes, e Azuaité Martins França, eleito 6 vezes. A vereadora com menor número de mandatos é Geria Montanari, eleita apenas nas duas legislaturas examinadas.

Sobre o perfil religioso da classe política, o que se observa é o predomínio das religiões cristãs, sendo católica a maioria dos vereadores (apesar de haver também representantes evangélicos e espíritas). O segmento não religioso também está presente na Câmara Municipal, o que demonstra certa consonância com os dados apresentados pelos censos realizados pelo IBGE<sup>16</sup> que destacam o declínio da religião católica e o crescimento do número de evangélicos e de pessoas que se declaram sem religião. O perfil religioso dos vereadores é apresentado na Tabela 3:

**TABELA 3 – PERFIL RELIGIOSO DOS VEREADORES DO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS (2001–2008)**

| Religião            | nº | %    |
|---------------------|----|------|
| Católico            | 16 | 76,2 |
| Evangélico          | 2  | 9,5  |
| Espírita kardecista | 1  | 4,8  |
| Outras religiões    | 0  | 0    |
| Não tem religião    | 2  | 9,5  |
| Total               | 21 | 100  |

**FONTE:** As autoras (2015).

Conforme os dados da tabela, os vereadores do município de São Carlos são predominantemente católicos, segmento este que representa 76,2% do total dos entrevistados. Tanto os evangélicos quanto aqueles que declaram não ter religião correspondem a 9,5% dos vereadores, enquanto os espíritas somam o menor número de representantes, que equivale a 4,8% da sua totalidade.

Os vereadores da cidade de São Carlos possuem alta escolaridade; a média do grau de instrução dos legisladores no município supera a média nacional para o mesmo cargo<sup>17</sup>. A maior parcela dos representantes possui ensino superior completo, inclusive com especialização. O número de representantes com apenas o ensino médio completo também é alto. A formação educacional dos vereadores é apresentada na Tabela 4:

**TABELA 4 – PERFIL EDUCACIONAL DOS VEREADORES DO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS 2001–2008**

| Escolaridade                | nº | %    |
|-----------------------------|----|------|
| Ensino fundamental completo | 1  | 4,8  |
| Ensino médio completo       | 5  | 23,9 |
| Ensino médio incompleto     | 0  | 0    |
| Ensino superior completo    | 9  | 42,8 |

<sup>16</sup> Para mais informações sobre o perfil religioso da população brasileira, ver Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2017).

<sup>17</sup> Para mais informações sobre a escolaridade dos vereadores no território nacional, ver Kerbauy (2005).

|                                   |    |     |
|-----------------------------------|----|-----|
| Ensino superior incompleto        | 2  | 9,5 |
| Ensino superior com pós-graduação | 4  | 19  |
| Total                             | 21 | 100 |

**FONTE:** As autoras (2015).

Os dados informam que se somados todos os vereadores com nível superior completo chega-se ao número de 13 representantes, equivalente a 61,8%, índice muito superior à média nacional para o período estudado. De acordo com o TSE, nas eleições de 2000 apenas 17,5% dos vereadores eleitos em território nacional possuíam ensino superior completo, ampliando-se este índice para 20,6% no pleito de 2004. Mesmo aqueles vereadores com menor grau de instrução possuem o ensino fundamental completo (4,8%), enquanto os parlamentares com nível médio completo somam 23,9%.

Sobre o perfil ocupacional dos governantes, Gaxie (2012) argumenta que a possibilidade de exercer o poder político aumenta conforme a posição que se ocupa na hierarquia social, medida, por exemplo, por meio da análise da última profissão praticada antes da entrada na vida política. A Câmara Municipal de São Carlos, durante os anos de 2001 e 2008, foi composta por atores políticos advindos de variados estratos profissionais. Ao todo foram destacadas 11 atividades ocupacionais, que estão dispostas na tabela a seguir:

**TABELA 5 – PERFIL OCUPACIONAL DOS VEREADORES DO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS (2001–2008)**

| <b>Atividade profissional</b>             | <b>N</b> | <b>%</b> |
|---|----------|----------|
| Pequeno comerciante (até 10 funcionários) | 7        | 33,3     |
| Comerciante médio (até 30 funcionários)   | 2        | 9,5      |
| Advogado                                  | 2        | 9,5      |
| Professor de educação básica              | 3        | 14,3     |
| Professor universitário                   | 1        | 4,8      |
| Servidor público (cargo de chefia)        | 1        | 4,8      |
| Servidor público (outros cargos)          | 1        | 4,8      |
| Policia                                   | 1        | 4,8      |
| Bancário                                  | 1        | 4,8      |
| Músico                                    | 1        | 4,8      |
| Secretário                                | 1        | 4,8      |
| Total                                     | 21       | 100      |

**FONTE:** As autoras (2015).

A partir dos dados da tabela é possível perceber que as profissões que figuram como importante fonte de recrutamento para a vereança são aquelas ligadas ao comércio e ao funcionalismo público e as atividades liberais<sup>18</sup>. Se agregadas as atividades comerciais, estas

<sup>18</sup> No município, a principal área geradora de empregos é o setor de serviços, que corresponde em média a 54,3% do PIB municipal na série histórica analisada. Outras importantes atividades econômicas são a indústria (30,5%), seguida pela arrecadação de impostos (12,7%) e pelo setor agrícola (2,5%).

correspondem a 42,9% das profissões exercidas pelos vereadores antes de adentrarem a vida política. As ocupações liberais somam 14,3% do total, enquanto o funcionalismo público, que agrega servidores, professores do ensino básico da rede estadual e do ensino superior federal e o secretariado de sindicatos<sup>19</sup>, corresponde a 38% do recrutamento sócio-ocupacional. As atividades autônomas somam apenas 4,8%.

Esse cenário difere das médias nacionais dos legislativos municipais entre os anos de 1996 e 2004, em que a maioria dos vereadores era constituída de “trabalhadores rurais, servidores públicos, empresários da indústria, do comércio e de serviços, trabalhadores de atividades não-manuais de rotina, profissionais de escritório, profissionais liberais e [sic], sendo que em 2004, aparecem os empresários do setor primário”<sup>20</sup> (KERBAUY, 2005, p. 343).

É interessante notar que a maior parte da classe política que compõe a vereança de São Carlos exerceu sua principal atividade profissional durante vários anos antes de ingressar na vida pública. O tempo de atividade ocupacional pode se constituir em capital coletivo, um elemento de identificação profissional ou setorial passível de se manifestar via representação de interesses. A Tabela 6 apresenta o tempo de exercício das principais atividades ocupacionais dos vereadores antes de iniciarem a carreira política:

**TABELA 6 – PERÍODO DE EXERCÍCIO DA PRINCIPAL ATIVIDADE OCUPACIONAL DOS VEREADORES ANTES DO INGRESSO NA VIDA PÚBLICA**

| <b>Tempo de exercício</b> | <b>%</b> |
|---------------------------|----------|
| Até 3 anos                | 4,8      |
| Até 5 anos                | 9,5      |
| Entre 5 e 10 anos         | 19       |
| Entre 10 e 15 anos        | 14,3     |
| Entre 15 e 20 anos        | 19       |
| Mais de 20 anos           | 33,3     |
| Total                     | 100      |

**FONTE:** As autoras (2015).

Como visto na tabela, a maior parcela dos vereadores (33,3%) exerceu sua principal atividade profissional por mais de 20 anos. O número de vereadores que exerceu a profissão por 10 a 15 anos corresponde a 14,3%, e aqueles que atuaram na carreira por 15 a 20 anos

<sup>19</sup> No caso de São Carlos, todos aqueles que se declararam professores do ensino básico (fundamental e médio) eram funcionários da rede estadual. A docente de ensino superior era professora da UFSCar e a secretária foi funcionária do sindicato da USP.

<sup>20</sup> Kerbauy (2005, p. 345) indica que no cenário nacional o “fato de os trabalhadores rurais estarem representados de modo tão significativo sugere a importância desse segmento em cidades de pequeno porte e em regiões onde a população rural é marcante”.

somam 19%. Os parlamentares que exerceram sua atividade profissional por menos de 10 anos correspondem a 33,3% dos vereadores.

A partir da análise descritiva dos dados buscamos destacar a origem e a composição social dos vereadores do município de São Carlos. Como visto, a elite parlamentar local é constituída majoritariamente por homens brancos e católicos, com formação educacional superior e de ocupação profissional liberal ou no funcionalismo público.

#### **4. AUTOPERCEÇÃO SOBRE A REPRESENTAÇÃO: AVALIANDO A ATIVIDADE PARLAMENTAR**

A relação entre representação e consentimento, que implica no entendimento da atividade representativa enquanto a capacidade dos representantes de falar e agir em nome de outros, é ponto comum na literatura (KINZO, 1980). No que se refere ao debate sobre o governo representativo, há clara definição sobre quem é o representante, o que se representa e onde se dá a esfera da representação. Nessa lógica, entende-se o representante como o eleito, que representa os interesses do eleitor nas arenas do Estado.

O ponto controverso de tal debate reside em como se dá a atividade da representação: se a partir de um mandato imperativo ou independente. Para fins de análise adotamos o conceito de “representação política” a partir da divisão de modelos canônicos que entendem a representação com base na delegação (mandato imperativo) ou na confiança (mandato independente).

Em linhas gerais, na representação por mandato imperativo o representante estaria vinculado à vontade de seus eleitores, de modo que a sua atuação seria muito próxima à de um porta-voz ou delegado de distrito eleitoral. Já na representação por mandato independente, o eleito, ao assumir o mandato, se desvincularia dos interesses específicos de seu reduto para representar a totalidade da população.

O entendimento da representação imperativa remete ao conceito de “conexão eleitoral” de Mayhew (1974), no qual a atuação dos representantes estaria pautada pela sua sobrevivência política. Com base nessa concepção, os representantes tenderiam a atribuir maior atenção às suas bases eleitorais, estando, portanto, desvinculados dos interesses coletivos (CAIN; FERREJOHN; FIORINA, 1987).

O mandato independente tem como expressão Edmund Burke<sup>21</sup>, para quem os representados deveriam ser consultados, apesar de ainda caber ao representante a deliberação. Por mais que o representante considere as preferências de seus eleitores, deve atuar com vistas ao interesse geral, pois atua em nome da totalidade dos cidadãos e não apenas daqueles que o elegeram.

O debate em torno desses tipos de representação — que por vezes não está restrito a um único tipo (D’AVILA FILHO; JORGE; LIMA, 2014) — ocupa posição central nos estudos do poder local, auxiliando na compreensão dos diferentes tipos de interação existentes entre eleitos e eleitores. Aqui, com base nesse breve enquadramento analítico, são examinadas as percepções das elites parlamentares municipais sobre o exercício da representação.

A partir da análise descritiva dos dados, buscamos destacar a autopercepção dos parlamentares sobre as atividades legislativas e o exercício da vereança. Assim como Power e Zucco Junior (2011), não pretendemos indicar que as preferências por eles declaradas se sobreponham aos dados revelados, mas sim que esse tipo de evidência pode nos ajudar a interpretar o comportamento parlamentar e o perfil das elites, trazendo os legisladores para o centro da análise.

O primeiro ponto que procuramos destacar foi a visão dos vereadores quanto à representação de interesses. Questionamos os parlamentares a respeito dos interesses que eles acreditavam representar de maneira prioritária, em uma alusão ao tipo de mandato que possuíam. Os dados estão disponíveis na Tabela 7:

**TABELA 7 – PERCEPÇÃO SOBRE A REPRESENTAÇÃO DE INTERESSES**

| <b>Grupos representados</b>               | <b>nº</b> | <b>%</b> |
|---|-----------|----------|
| Toda a população do município             | 18        | 85,7     |
| Determinados segmentos sociais            | 1         | 4,8      |
| Eleitores de determinado bairro ou região | 2         | 9,5      |
| Total                                     | 21        | 100      |

**FONTE:** As autoras (2015).

Os dados da Tabela 7 demonstram que a maior parcela dos vereadores declara representar os interesses de toda a população do município, o que corresponde a 85,7% dos parlamentares. Contudo, vale destacar que este dado não significa, necessariamente, que os vereadores representem interesses universalistas (comuns a todos os munícipes). Uma parcela diminuta, apenas 9,5% dos vereadores, declara representar, de maneira prioritária, os

<sup>21</sup> A concepção de Edmund Burke sobre a representação pode ser encontrada no “Discurso aos eleitores de Bristol”, traduzida para o português em 2012. Para mais informações, ver Burke (2012).

interesses de determinado bairro ou região da cidade, e um número ainda menor, 4,8%, alega representar os interesses de determinado segmento social — como categorias profissionais, econômicas ou religiosas.

Todavia, quando questionados a respeito de quais eram os grupos que compunham o seu eleitorado, os vereadores indicaram diversos segmentos territoriais ou setoriais como sendo fundamental para a sua eleição. Para essa questão, os vereadores puderam indicar mais de um segmento eleitoral se julgassem importante. A Tabela 8 traz informações sobre a percepção dos vereadores quanto aos seus principais redutos eleitorais.

**TABELA 8 – COMPOSIÇÃO DA BASE ELEITORAL NO MUNICÍPIO**

| <b>Grupos indicados como importantes segmentos eleitorais</b> | <b>nº</b> | <b>%</b> |
|---|-----------|----------|
| Membros de sindicatos ou associações                          | 5         | 23,8     |
| Movimentos sociais  | 11        | 52,4     |
| Moradores de um determinado bairro ou região da cidade        | 10        | 47,6     |
| Grupos religiosos   | 4         | 19       |
| Categorias profissionais                                      | 6         | 28,6     |
| Outros  | 7         | 33,3     |

**FONTE:** As autoras (2015).

Os dados indicam que os vereadores identificam como múltiplas as suas bases eleitorais. Os movimentos sociais e as bases territoriais figuram entre os mais importantes redutos mencionados por esses legisladores. Os sindicatos, associações e categorias profissionais, juntos, também representam um importante segmento eleitoral, enquanto os grupos religiosos constituem a menor parcela indicada.

Assim como Almeida e Lopez (2014), questionamos os vereadores sobre a sua percepção acerca das demandas dos eleitores. Buscamos identificar o que, na opinião desses parlamentares, constitui as principais atividades esperadas pelo eleitorado no exercício da vereança. Foram destacadas questões de ordem institucional — como a formulação de leis e a fiscalização de atos do Executivo —, o atendimento a pedidos coletivos focados em setores profissionais, movimentos sociais, associações de bairros, igrejas e outros segmentos, e o atendimento de pedidos individuais dos cidadãos. A Tabela 9 apresenta os dados relativos à percepção dos representantes quanto às atividades demandadas pelos grupos representados.

**TABELA 9 – ATIVIDADES DEMANDADAS PELOS ELEITORES NA PERCEPÇÃO DOS VEREADORES**

| <b>Tipo de atividade</b>                    | <b>nº</b> | <b>%</b> |
|---|-----------|----------|
| Atividade institucional                     | 3         | 14,3     |
| Atendimento de pedido coletivo e particular | 3         | 14,3     |

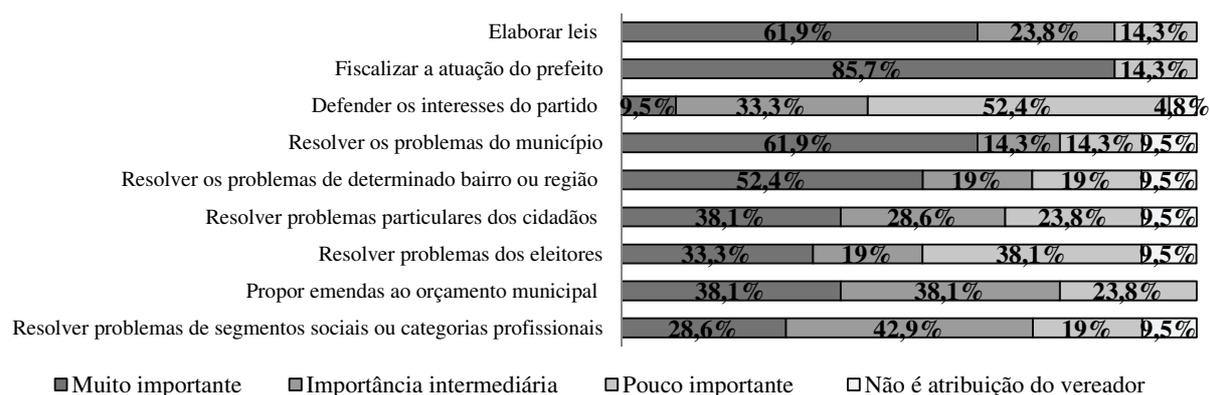
|   |    |      |
|---|----|------|
| Atividade institucional e atendimento de pedido coletivo              | 5  | 23,8 |
| Atividade institucional e atendimento de pedido particular            | 1  | 4,8  |
| Atividade institucional e atendimento de pedido coletivo e particular | 8  | 38,1 |
| Outras atividades   | 1  | 4,8  |
| Total   | 21 | 100  |

**FONTE:** As autoras (2015).

De acordo com os vereadores, o eleitorado demanda atividades de toda ordem: institucional, coletiva e particular. Assim, segundo o entendimento dos parlamentares os eleitores esperam uma atuação fiscalizatória e legislativa, mas não dispensam ou ignoram o atendimento de pedidos setorizados ou individualizados. Segundo essa percepção, a vereança é entendida pelos vereadores como uma atividade representativa que envolve ações universalistas e particularistas. Todavia, cada uma dessas atividades recebe importância diferenciada na atuação parlamentar.

Questionamos os vereadores quanto à importância das atividades realizadas cotidianamente no exercício da representação. Foram selecionadas atividades que envolvem questões de interesse geral e particular, além daquelas que são próprias da função legislativa e têm natureza institucional. Solicitamos que os vereadores classificassem as atividades selecionadas de acordo com o seu grau de importância. O resultado dessa classificação é apresentado no Gráfico 2:

**GRÁFICO 2 – ATIVIDADES DE MAIOR IMPORTÂNCIA NA PERCEPÇÃO DO VEREADOR**



**FONTE:** As autoras (2015).

Os dados demonstram que na percepção dos vereadores a atividade parlamentar de maior importância é a fiscalização do Poder Executivo (85,7%), seguida pela elaboração de leis e pela resolução de problemas do município — ambas com 61,9% das menções. Note-se que 9,5% dos vereadores consideram que a resolução de problemas da municipalidade não é

atribuição parlamentar. Em todos os casos os vereadores pontuaram que esta é uma prerrogativa do prefeito, tendo em vista as limitações institucionais que se impõem à prática legislativa<sup>22</sup>.

Ainda assim, a resolução de problemas particulares dos eleitores e dos cidadãos em geral possui importância significativa na atuação parlamentar. Se somadas as declarações que consideram que o atendimento de pedido individual do cidadão é atividade de muita importância (38,1%) ou de importância intermediária (28,6%), tem-se que 66,7% dos vereadores declaram que a prática particularista é tema de relevância na atividade legislativa. O mesmo se dá em relação à resolução de problemas dos eleitores: se somadas as categorias de “muita importância” e “importância intermediária”, o resultado é que 52,3% dos vereadores indicam que esta é uma atividade de relevância no exercício da representação.

De acordo com as declarações dos vereadores, o tema que requer menor atenção em sua prática parlamentar é a defesa dos interesses de seu partido político. Conforme os dados apresentados no gráfico acima, 52,4% dos entrevistados declaram ser esta uma atividade de pouca importância, enquanto 33,3% acreditam que seja uma atividade de importância intermediária. Apenas 9,5% dos vereadores afirmam que a defesa dos interesses partidários é uma atividade muito importante no exercício da representação. Ainda, 4,8% dos legisladores municipais acreditam que está não é sequer uma função do vereador.

A pouca importância atribuída aos partidos políticos pode ser percebida, inclusive, no interior do processo legislativo. Em entrevista foi solicitado aos parlamentares que indicassem a influência das agremiações partidárias na orientação de processos decisórios no interior da Câmara Municipal. O resultado de tal pesquisa pode ser acompanhado na tabela a seguir:

**TABELA 10 – PERCEPÇÃO DOS VEREADORES SOBRE A INFLUÊNCIA DOS PARTIDOS POLÍTICOS NA ORIENTAÇÃO DO PROCESSO DECISÓRIO**

| <b>Importância atribuída</b> | <b>nº</b> | <b>%</b> |
|------------------------------|-----------|----------|
| Muito importante             | 2         | 9,6      |
| Importância intermediária    | 7         | 33,3     |
| Pouco importante             | 9         | 42,9     |
| Não soube identificar        | 3         | 14,2     |
| Total                        | 21        | 100      |

**FONTE:** As autoras (2015).

<sup>22</sup> Dentre as limitações de ordem institucional, vale destacar que está vedado ao vereador a apresentação de projetos de lei que gerem despesas ao município.

Os dados indicam que apenas 9,6% dos parlamentares acreditam que os partidos políticos são muito importantes na orientação do processo de tomada de decisões dentro da Câmara, enquanto 33,3% apontam que as agremiações possuem importância intermediária nesse sentido. Se considerados os dados de maneira agregada, aqueles que atribuem muita e alguma importância aos partidos na tomada de decisões chegam a 42,9%, exatamente o mesmo percentual de parlamentares que declaram que os partidos possuem pouca importância no processo decisório. Dessa forma, tal cenário é composto por uma parcela de vereadores que atribui grande importância aos partidos, enquanto o mesmo percentual de representantes não percebe forte influência das agremiações nas decisões tomadas na Câmara Municipal.

Por um lado, esses resultados podem ser explicados pela existência sazonal de uma parcela dos partidos políticos, sobretudo daqueles pequenos, que não possuem organicidade no município, importando apenas nos períodos próximos às eleições. Por outro lado, tais dados podem ser entendidos como reflexos da baixa influência atribuída às lideranças partidárias no processo decisório local em razão da organização interna da Câmara Municipal (MARTINS, 2015).

Ainda no que tange ao trabalho legislativo e à orientação dos votos na Câmara Municipal, o que se nota nos vereadores é um comportamento pouco propenso a vínculos partidários, destacando-se uma conduta individualista orientada por convicções pessoais. A posição dos vereadores quanto à orientação de votos no processo legislativo é apresentada na Tabela 11:

**TABELA 11 – FATOR DE MAIOR IMPORTÂNCIA PARA A ORIENTAÇÃO DO VOTO PARLAMENTAR NA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS**

| <b>Fatores para a orientação do voto</b>            | <b>nº</b> | <b>%</b> |
|---|-----------|----------|
| Posição da liderança partidária na Câmara Municipal | 6         | 28,5     |
| Opinião da base eleitoral                           | 3         | 14,3     |
| Convicção pessoal                                   | 12        | 57,2     |
| Total   | 21        | 100      |

**FONTE:** As autoras (2015).

De acordo com a tabela, o fator mais importante para a orientação do voto na Câmara Municipal de São Carlos é a convicção pessoal do legislador. Ao todo, 57,1% dos vereadores declararam ser este o fator que orienta a sua conduta no processo de tomada de decisão. Os parlamentares justificam o seu posicionamento afirmando que a sua liberdade de ação em relação às lideranças partidárias é um fator positivo no exercício da representação. Ainda assim, a posição da liderança partidária aparece como o fator mais importante para a

orientação da votação na Câmara para 28,5% dos entrevistados, enquanto a opinião da base eleitoral é o fator mais relevante para o voto de 14,3% dos vereadores.

Com base nos dados levantados, o que se pode afirmar é que na percepção dos vereadores não há fortes vínculos partidários na vereança — sua atuação no interior da Câmara Municipal é, em grande medida, balizada pela sua convicção pessoal. Tal cenário pode ser entendido como reflexo da baixa influência das agremiações partidárias no município, sobretudo na arena legislativa, em razão da ausência de prerrogativas das lideranças das bancadas no interior do Legislativo, fator reconhecido como promotor da disciplina parlamentar.

De todo modo, em São Carlos os vereadores atribuem grande importância às atividades de cunho institucional e de interesse coletivo. Apesar de terem suas bases localizadas territorialmente ou em grupos específicos, os legisladores declararam representar os interesses de toda a população, o que pode ser entendido enquanto reflexo do reconhecimento de variados redutos eleitorais, sem que isso implique o reconhecimento de que os vereadores representam interesses comuns a todos os munícipes. A vereança é entendida como uma atividade que envolve ações universalistas e particularistas, não estando restrita a ações de um único tipo.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Como avaliar o perfil das elites parlamentares de São Carlos entre os anos de 2001 e 2008? Quem são e o que pensam os vereadores sobre o exercício da representação? No que diz respeito aos seus atributos pessoais como gênero, cor, idade e religião, podemos afirmar que os vereadores são, em sua maioria, homens, brancos, católicos e membros de um segmento de maior projeção na sociedade. Do ponto de vista de seu perfil educacional, essa elite possui um alto nível de escolaridade, com índices de escolarização muito superiores à média nacional no mesmo período. As profissões que figuram como importante fonte de recrutamento para a vereança são aquelas ligadas ao comércio e ao funcionalismo público e as atividades liberais.

Ainda que as Câmaras Municipais possam figurar entre as arenas de representação mais permeáveis por grupos heterogêneos (SILVA, 2014), os dados informam que, no caso analisado, não é isso o que ocorre. Há a sub-representação de alguns grupos. Os achados indicam que a elite parlamentar de São Carlos não representa de maneira descritiva a estrutura

social em nome da qual atua. A elite parlamentar do município é formada por um grupo socialmente homogêneo.

Além de traçar o perfil social, educacional e profissional dos vereadores, buscamos, ainda, captar a autopercepção dessa elite sobre o exercício da representação, como forma de sublinhar o papel dos vereadores na política local. Dentre os principais resultados de tal trabalho podemos destacar a ideia de que os vereadores, na sua percepção, não possuem fortes vínculos partidários no exercício de sua função — sua atuação no interior da Câmara Municipal, em grande medida, seria pautada por um comportamento atomizado, individualista, sob a orientação de convicção pessoal, o que pode ser entendido enquanto reflexo da baixa influência das agremiações partidárias na arena legislativa do município.

Em São Carlos, os vereadores atribuem grande importância às atividades institucionais, às de interesse coletivo e às de interesse individual. Para esses parlamentares a representação de interesses também envolve práticas particularistas. Os achados sobre a autopercepção dos vereadores a respeito das suas práticas, que informam como se dá o exercício da representação, estão em consonância com a literatura especializada da área (Almeida e Lopez, 2014), que destaca o papel do vereador na intermediação de interesses entre os eleitores, os cidadãos e o governo (o poder público).

Apesar de terem suas bases localizadas em territórios e grupos setoriais específicos, os vereadores declaram representar toda a população. Não entanto, é importante salientar que isso não significa, necessariamente, que eles representem interesses de todos os munícipes. Na realidade, isso indica que a vereança é entendida por eles como uma atividade representativa que envolve ações universalistas e particularistas, não estando restrita a ações de um único tipo. Apesar da independência declarada por esses parlamentares no exercício de sua representação, os dados informam que os representantes tendem a atribuir maior atenção a suas bases eleitorais, ainda que não estejam completamente desvinculados dos interesses gerais.

## **REFERÊNCIAS:**

ALMEIDA, A.; LOPEZ, F. Representação política local e clientelismo. In: ROCHA, M. M.; KERBAUY, M. T. M. (Orgs.). *Eleições, partidos e representação política nos municípios brasileiros*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2014.

MARTINS, T. C. & KERBAUY, M. T. M. *O perfil da elite política local: Uma análise da autopercepção dos vereadores sobre a representação*

AMARAL, T. V. P. As elites políticas de Maringá: um estudo sobre a Câmara Municipal, 1997–2012. *Revista Eletrônica de Ciência Política*, Curitiba, v. 2, n. 1, p. 7-25, dez. 2011.

ANASTASIA, F.; CORREA, I.; NUNES, F. Caminhos, veredas e atalhos: legislativos estaduais e trajetórias políticas. In: MENEGHELLO, R. (Org.). *O Legislativo brasileiro: funcionamento, composição e opinião pública*. Brasília: Secretaria Especial de Comunicação Social/Senado Federal, 2012. p. 95-120.

ARAÚJO, C. Cidadania democrática e inserção política das mulheres. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 9, p. 147-168, set./dez. 2012.

AVELAR, L. *Mulheres na elite política brasileira*. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

BRAGA M. S. S.; VEIGA, L. F.; MIRÍADE; A. Recrutamento e perfil dos candidatos e dos eleitos à Câmara dos Deputados nas Eleições de 2006. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 24, n. 70, p. 123-142, jun. 2009.

BRASIL. Lei n. 9.504, de 30 de setembro de 1997. Estabelece normas para as eleições. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9504.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9504.htm)>. Acesso em: mar. 2017.

BUENO, N. S. Raça e comportamento político: participação, ativismo e recursos em Belo Horizonte. *Lua Nova*, São Paulo, n. 85, p. 187-226, 2012.

BURKE, E. Discurso aos Eleitores de Bristol. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 20, n. 44, p. 97-101, nov. 2012.

CAIN, B.; FERREJOHN, J.; FIORINA, M. *The Personal Vote: Constituency Service and Electoral Independence*. Cambridge, Mass: Harvard University, 1987.

CAMPOS, L. A.; MACHADO, C. A cor dos eleitos: determinantes da sub-representação política dos não-brancos no Brasil. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 16, p. 121-151, jan./abril, 2015.

CODATO, A. Metodologias para a identificação de elites: três exemplos clássicos. In: PERISSINOTTO, R.; CODATO, A. (Orgs.). *Como estudar elites*. Curitiba: Editora UFPR, 2015. p. 15-32.

D'AVILA FILHO, P. M.; JORGE, V. L.; LIMA, P. C. G. C. Comportamento político e produção legislativa: padrões de emissões de “indicações” pelos vereadores cariocas. In: ROCHA, M. M.; KERBAUY, M. T. M. (Orgs.). *Eleições, partidos e representação política nos municípios brasileiros*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2014.

FLEISCHER, D. As eleições municipais no Brasil: uma análise comparativa (1982–2000). *Opinião Pública*, Campinas, v. 8, n.1, p. 80-105, 2002.

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS (SEADE). *Distribuição da população por raça/cor*. Disponível em: <<http://produtos.seade.gov.br/produtos/retratosdesp/view/index.php?temaId=1&indId=5&locId=3548906&busca=S%E3o+Carlos>>. Acesso em: mar. 2017

\_\_\_\_\_. *Informações Eleitorais: Histórico dos candidatos*. Disponível em: <[http://produtos.seade.gov.br/produtos/eleicoes/candidatos/index.php?page=pol\\_sel](http://produtos.seade.gov.br/produtos/eleicoes/candidatos/index.php?page=pol_sel)> Acesso em: mar. 2017.

GAXIE, D. As lógicas do recrutamento político. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 8, p. 165-208, maio/ago. 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo 2010: número de católicos cai e aumenta o de evangélicos, espíritas e sem religião*. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/pt/noticias-censo?id=1&idnoticia=2170&view=noticia>>. Acesso em: mar. 2017.

KERBAUY, M. T. M. As câmaras municipais brasileiras: perfil de carreira e percepção sobre o processo decisório local. *Opinião Pública*, Campinas, v. 11, n. 2, p. 337-365, out. 2005.

\_\_\_\_\_. *Organização Partidária e Elites Parlamentares Municipais*. In: XII BRAZILIAN STUDIES ASSOCIATION (BRASA), 2014, Londres. Disponível em:

MARTINS, T. C. & KERBAUY, M. T. M. *O perfil da elite política local: Uma análise da autopercepção dos vereadores sobre a representação*

<[http://www.brasa.org/wordpress/Documents/BRASA\\_XII/Proceedings/Maria%20Teresa%20Miceli%20Kerbaury%20-%20Organiza%C3%A7%C3%A3o%20Partid%C3%A1ria%20e%20Elites%20Parlamentares%20Municipais.pdf](http://www.brasa.org/wordpress/Documents/BRASA_XII/Proceedings/Maria%20Teresa%20Miceli%20Kerbaury%20-%20Organiza%C3%A7%C3%A3o%20Partid%C3%A1ria%20e%20Elites%20Parlamentares%20Municipais.pdf)>. Acesso em: 5 mar. 2017.

KINZO, M. D. G. *Representação política e sistema eleitoral no Brasil*. São Paulo: Símbolo, 1980.

LEMOS, L.; RANINCHESKI, S. Carreiras políticas no Senado brasileiro: um estudo das composições do Plenário e da Comissão de Justiça e Cidadania na década de 90. In: LEMOS, L. (Org.). *O Senado Federal brasileiro no pós-constituente*. Brasília: Unilegis, 2008. p. 87-120.

LLANOS, M.; SÁNCHEZ, F. Conselho de anciãos? O Senado e seus membros no Cone Sul. In: LEMOS, L. (Org.). *O Senado Federal brasileiro no pós-constituente*. Brasília: Unilegis, 2008. p. 121-150.

MARENCO, A.; SERNA, M. Por que carreiras políticas na esquerda e na direita não são iguais? Recrutamento legislativo em Brasil, Chile e Uruguai. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 22, n. 64, p. 93-113, jun. 2007.

MARTINS, T. C. *Organização e funcionamento da política representativa local: o caso do município de São Carlos*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal de São Carlos, Centro de Educação e Ciências Humanas, São Carlos, 186 pgs., 2015.

MAYHEW, D. *Congress: The Electoral Connection*. New Haven: Yale University Press, 1974.

MESSEMBERG, D. *A Elite Parlamentar do Pós-Constituente: atores e práticas*. São Paulo: Brasiliense, 2002.

\_\_\_\_\_. A Elite parlamentar brasileira (1989–2004). *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 22, n. 2, p. 309-370, maio/ago. 2007.

MILLS, C. W. *A Elite do poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1962.

PERISSINOTTO, R. et al. *Quem governa?* Um estudo das elites políticas do Paraná. Curitiba: Editora UFPR, 2007.

PERISSINOTTO, R.; MIRÍADE, A. Caminhos para o parlamento: candidatos e eleitos nas eleições para deputado federal em 2006. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 52, n. 2, p. 301-333, 2009.

PERISSINOTTO, R.; COSTA, L. D.; TRIBESS, C. Origem social dos parlamentares paranaenses (1995–2006): alguns achados e algumas questões de pesquisa. *Sociologias*, Porto Alegre, n. 22, p. 280-313, jul./dez. 2009.

POWER, T. J.; ZUCCO JUNIOR., C. *O Congresso por ele mesmo: autopercepções da classe política brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

RODRIGUES, L. M. *Partidos Políticos, Ideologia e Composição Social*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.

SILVA, P. C. *O Poder Legislativo Municipal: Estrutura, Composição e Produção*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Estadual de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 262 pgs., 2014.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). Instrução sobre o número de vereadores a eleger segundo a população de cada município. Resolução n. 21.702 de 2 de abril de 2004. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/legislacao-tse/res/2004/RES217022004.html>>. Acesso em: mar. 2017.

\_\_\_\_\_. Dispõe sobre os critérios de fixação do número de vereadores nos municípios, de acordo com o disposto no art. 29, IV, da Constituição Federal. Resolução n. 21.803 de 8 de junho de 2004. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/legislacao-tse/res/2004/RES218032004.html>>. Acesso em: mar. 2017.

\_\_\_\_\_. Eleições 2000: Cargo e sexo. Disponível em:

MARTINS, T. C. & KERBAUY, M. T. M. *O perfil da elite política local: Uma análise da autopercepção dos vereadores sobre a representação*

<<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-2000/cargo-e-sexo>>. Acesso em: mar. 2017.

\_\_\_\_\_. Eleições 2004: Cargo e sexo. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-2004/cargo-sexo-eleicoes-2004>. Acesso em: mar.2017.

\_\_\_\_\_. Resultado da eleição em 2000. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-2000/resultado-da-eleicao-2000>>. Acesso em: mar. 2017.

\_\_\_\_\_. Resultado da eleição em 2004. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-2004/resultado-da-eleicao-2004>>. Acesso em: mar. 2017.

\_\_\_\_\_. Divulgação de candidatos – eleições 2000 (perfil dos candidatos). Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-2000/divulgacao-candidatos-2000>>. Acesso em: mar. 2017.

\_\_\_\_\_. Grau de instrução – eleições 2004. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-2004/grau-de-instrucao-eleicoes-2004>>. Acesso em: mar. 2017.

ZIEGMANN, A. B. *Perfil sociopolítico e decisões legislativas na 15ª Legislatura das Assembleias Legislativas do Paraná, São Paulo e Minas Gerais (2003–2007)*. Campinas. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 178 pgs., 2011.